

# Informação: um campo uno, profissões diversas?

*Fernanda Ribeiro*

Departamento de Ciências e Técnicas do Património

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Via Panorâmica, s/n

4150-564 PORTO

Tel: 226077172

E-mail: [fribeiro@letras.up.pt](mailto:fribeiro@letras.up.pt)

## RESUMO

A Informação, enquanto fenómeno humano e social, constitui-se como objecto de estudo e de conhecimento de uma área disciplinar emergente, designada por Ciência da Informação, que se configura como um campo uno e transdisciplinar, aberto a uma fecunda interdisciplinaridade com diversos outros campos do saber. Embora a afirmação de identidade científica desta área seja relativamente recente, a verdade é que, desde épocas bem remotas, se implantaram no “terreno”, exercendo actividades práticas relacionadas com a informação, diversos tipos de profissionais, com as variadas designações que todos conhecemos: “arquivistas”, “bibliotecários”, “documentalistas” e, mais recentemente, “gestores de documentos” e “gestores de informação”.

Pensar cientificamente a Informação, com recurso a teorias e modelos interpretativos e a metodologias de investigação adequadas, implica naturalmente uma nova postura face ao que tradicionalmente se foi conjecturando em torno das chamadas “Ciências Documentais”. As mudanças sociais, económicas e culturais, provocadas pelo desenvolvimento das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), acarretaram consigo múltiplos desafios e novas necessidades de resposta, que afectaram directamente as actividades dos profissionais da informação.

Em face da nova realidade da já consagradamente baptizada Sociedade da Informação, urge consolidar os fundamentos teóricos deste campo disciplinar, desenvolver a investigação pura e aplicada neste domínio e, sobretudo, repensar e renovar a formação dos novos profissionais que é necessário colocar no mercado de trabalho. A variedade de perfis profissionais e a multiplicidade de competências que hoje lhes são exigidas carecem de uma base teórica una e consistente, pois só assim serão capazes de responder eficazmente às exigências dos diversos contextos orgânicos onde é produzido, usado e preservado o fluxo informacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ciência da Informação / Informação / Profissional da Informação

## A INFORMAÇÃO COMO OBJECTO DE ESTUDO

A definição do conceito de Informação e os diferentes sentidos com que este termo é empregue dariam, só por si, matéria para muitas páginas de discussão, objectivo que não pode, como é óbvio, cumprir-se numa

comunicação como esta. Impõe-se, contudo, para delimitar contextos, tornar inteligível o discurso e situar a problemática em torno da qual se produz esta reflexão, assinalar alguns pontos de partida<sup>i</sup>.

Atentemos, como primeiro patamar de abordagem, no que Anthony Wilden escreveu no verbete “informação” da consagrada Enciclopédia Einaudi: “(...) o conceito de *informação* *alarga-se hoje a dois sentidos recentemente surgidos e relativamente específicos.*

*O primeiro é o sentido estritamente técnico ou tecnológico: informação como quantidade mensurável em bit (binary digit). É a informação métrica da teoria clássica da informação [Claude Shannon], a teoria combinatória e estatística da informação, baseada na lógica e na matemática da probabilidade.*

*O segundo sentido pertence a uma abordagem diversa, abordagem esta que pode, porém, servir-se da primeira nos casos em que seja aplicável, como acontece, por exemplo, na logística da transmissão da informação mediante sistemas artificiais, como a comunicação via radar ou satélite. O segundo sentido é, porém, sempre qualitativo antes de ser quantitativo, como de facto deveria ser (apesar de tudo, a quantidade é um tipo de qualidade, ao passo que o inverso não se verifica). O segundo sentido conserva, muito mais do que o sentido métrico ou quantitativo, o significado quotidiano do termo ‘informação’”<sup>ii</sup>.*

Aceitando a formulação de Wilden relativamente a este segundo sentido, é nesta linha que nos posicionamos no que respeita à tentativa de definição de Informação. Desde já importa esclarecer que entendemos a Informação como um fenómeno humano (e social), que deriva de um sujeito que conhece, pensa, se emociona e interage com o mundo sensível à sua volta e a comunidade de sujeitos que comunicam entre si. Situa-se, pois, entre o conhecimento<sup>iii</sup> e a comunicação, tendo como pano de fundo, a montante, a totalidade psicossomática do ser humano – que hoje já ultrapassa muito o âmbito específico da chamada Psicologia Cognitiva e se situa mais no campo das neurociências, como tão bem têm vindo a mostrar os estudos de António Damásio<sup>iv</sup> –, que não deixa de estar presente também a jusante, pois determina o comportamento informacional dos utilizadores / pesquisadores da Informação; e a jusante ainda, situa-se a capacidade humana de comunicação, já que o processo comunicacional não pode acontecer sem as mensagens, os conteúdos, numa palavra, a Informação.

Este entendimento leva-nos a estabelecer, de um ponto de vista conceptual, a diferença entre Informação e Comunicação (a segunda não existe sem a primeira, ou seja, a Informação precede a Comunicação, tendo, portanto, uma existência anterior e autónoma), salvaguardando, contudo, a inter-relação entre elas. Levamos, igualmente, a estabelecer a distinção entre Informação e Documentação (ou Informação registada) uma vez que o registo num suporte exterior ao sujeito produtor da Informação é também algo que acontece *a posteriori*, ou seja, depois de a Informação já existir na mente humana e insere-se no processo que visa a comunicação.

Importa, pois, adiantar já, como referência de base para o que a seguir for dito, a definição de Informação de que partimos – **conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direccionada<sup>v</sup>** – uma vez que é com este sentido que ela se assume como objecto de estudo e de trabalho.

Esta definição, só por si, é insuficiente para a caracterização da Informação como objecto, devendo ser complementada com um enunciado das diferentes propriedades / atributos que lhe são inerentes<sup>vi</sup>, a saber:

**estruturação pela acção (humana e social)** – o acto individual e/ou colectivo funda e modela estruturalmente a informação;

**integração dinâmica** – o acto informacional está implicado ou resulta sempre tanto das condições e circunstâncias internas, como das externas do sujeito da acção;

**pregnância** – enunciação (máxima ou mínima) do sentido activo, ou seja, da acção fundadora e modeladora da informação;

**quantificação** – a codificação linguística, numérica ou gráfica é valorável ou mensurável quantitativamente;

**reprodutividade** – a informação é reprodutível sem limites, possibilitando a subsequente retenção/memorização; e

**transmissibilidade** – a (re)produção informacional é potencialmente transmissível ou comunicável.

Estes elementos caracterizadores da Informação – fenómeno humano e social e processo dinâmico pelo qual se consoma a comunicação –, aliados à definição acima apresentada, constituem, pois, em síntese, as bases mínimas e fundamentais para o discurso científico sobre aquilo que consideramos ser o objecto de estudo de uma área teórico-prática em consolidação, que determina competências profissionais em conformidade com a respectiva fundamentação teórica e com as exigências do desempenho profissional no “terreno”.

## **2. CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: UMA ÁREA TEÓRICO-PRÁTICA DE INVESTIGAÇÃO, ENSINO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL**

Não é, ainda hoje, de todo pacífico o entendimento da Ciência da Informação (C. I.) como um campo disciplinar com plena identidade e assumido com carácter de cientificidade inquestionável.

Apesar de se poderem situar as origens remotas da C. I., nas posições vanguardistas de Paul Otlet e Henri La Fontaine<sup>vii</sup> que, desde finais do século XIX, se esforçaram para afirmar uma nova área a que deram o nome de “Documentação” – querendo com este termo significar uma abrangência do seu objecto de trabalho e de estudo muito para além dos tradicionais documentos em suporte papel, fazendo jus ao desenvolvimento industrial e tecnológico que invadia os meios e os processos de memorização da informação – o termo *Information Science* só em final da década de cinquenta do século XX começou a surgir na literatura da especialidade, em resultado da evolução natural da Documentação, incrementada pelas novas tecnologias da Informação e da Comunicação e pelo desenvolvimento da Informação Científica e Técnica.

A evolução da C. I. fez-se, pois, na “linha directa” da Documentação, com a participação assumidíssima dos chamados *special librarians* e *documentalists*, com contributos dos bibliotecários tradicionais, mas sem o comprometimento, ainda que ligeiro, dos arquivistas e dos “gestores de documentos” (*records managers*)<sup>viii</sup>. Foi um caminho, em grande medida, desbravado por praticantes de ofícios relacionados com a Informação, estimulado pelas respectivas associações profissionais e que, aos poucos, foi conquistando um espaço nos contextos educacionais e académicos.

Segundo Shera e Cleveland<sup>ix</sup>, o acontecimento que marcou a transformação da Documentação em C. I. foi a International Conference on Scientific Information, que teve lugar em Washington, no ano de 1958, resultante da cooperação do American Documentation Institute, da Federação Internacional de Documentação, da National Academy of Sciences e do National Research Council, tendo reunido os maiores nomes da área a nível mundial. Hans Wellisch afirma que a expressão *information science* foi usada, pela primeira vez, em 1959<sup>x</sup> e Anthony Debons indica ter sido em 1962, no Second International Congress on Information System Sciences, realizado em Hot Springs (Virginia), que a mesma expressão surgiu no título de uma reunião internacional<sup>xi</sup>. Na verdade, por meados dos anos sessenta, a expressão estava definitivamente imposta nos E.U.A, onde foi florescendo até hoje mais do que em outros países, e não só abundavam já as propostas de definição, como surgiam, também, escritos em torno da fundamentação teórica desta nova área disciplinar.

Apesar das múltiplas definições propostas desde o início dos anos sessenta, é interessante verificar que a surgida nas conferências do Georgia Institute of Technology (Out. 1961-Abr. 1962), e aperfeiçoada mais tarde por Harold Borko num artigo clássico intitulado *Information Science - what is it?*<sup>xii</sup>, permanece ainda hoje como uma das mais consensuais e, sem dúvida, das mais fecundas: *Ciência da Informação - a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que regem o fluxo informacional e os meios de processamento da informação para a optimização do acesso e uso. Está relacionada com um corpo de conhecimento que abrange a origem, colecta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da*

informação. Isto inclui a investigação, as representações da informação tanto no sistema natural, como no artificial, o uso de códigos para uma eficiente transmissão de mensagens e o estudo dos serviços e técnicas de processamento da informação e seus sistemas de programação. Trata-se de uma ciência interdisciplinar derivada e relacionada com vários campos como a matemática, a lógica, a linguística, a psicologia, a tecnologia computacional, as operações de pesquisa, as artes gráficas, as comunicações, a biblioteconomia, a gestão e outros campos similares. Tem tanto uma componente de ciência pura, que indaga o assunto sem ter em conta a sua aplicação, como uma componente de ciência aplicada, que desenvolve serviços e produtos. (...) a biblioteconomia e a documentação são aspectos aplicados da ciência da informação.

O facto de a C. I. e as disciplinas que a antecederam integrarem uma área que começou por ser essencialmente uma prática traz alguns problemas, ainda hoje, à sua afirmação científica. Um estudo realizado por Emilio Delgado López-Cózar, sobre a investigação em Biblioteconomia e Documentação vem, precisamente, equacionar este problema, embora procure fazer uma análise exaustiva da investigação produzida para demonstrar o carácter científico desta(s) disciplina(s). Este autor reconhece que : *El origen y evolución de las disciplinas de base profesional, como la nuestra, no pueden ser explicadas con las mismas coordenadas y presupuestos conceptuales empleados para las ciencias per se. Estas últimas hunden sus raíces en el deseo, innato en el hombre, de conocer por sí y para sí, esto es, para entender el mundo y para dominarlo en beneficio de la especie humana. Nacen y se desarrollan en función de una doble necesidad humana: la cognoscitiva (conocer y explicar el porqué y el cómo de nuestra realidad natural, social o humana) y la utilitaria (aplicar el conocimiento a la mejora de nuestras condiciones de vida). Este esquema conceptual es válido para trazar la historia de todas las ciencias, pero especialmente para aquellas que se justifican solo como medio de satisfacción de esta doble necesidad. Son ciencias per se: las ciencias humanas y sociales (filosofía, teología, historia, sociología...) y las ciencias fisico-naturales (física, química, biología...). Pero no lo es tanto para explicar la historia de las ciencias que han surgido del ejercicio y al amparo de una profesión: desde la medicina o enfermería hasta la educación, pasando por una pléyade de profesiones que han brotado al hilo del desarrollo económico, social y cultural de la humanidad, como el trabajo social o la ByD, que es la que aquí nos ocupa. En caso de estas últimas, incluso, todavía se discute su propio carácter de profesión científica*<sup>xiii</sup>.

Concordamos em absoluto com este autor quando afirma que “no desenvolvimento da Biblioteconomia e da Documentação [e acrescentaríamos, da Arquivística] a teoria seguiu a prática, não a dirigiu nem a guiou”<sup>xiv</sup>. Foi, por isso, o exercício profissional, entendido como o desempenho de uma função, que estimulou a reflexão sobre a *praxis* e fez surgir a necessidade de uma formação adequada ao desempenho desse mesmo exercício profissional. Pensar a prática conduziu, portanto, à afirmação disciplinar, a exercícios de

teorização e a trabalhos de investigação que, por sua vez, foram essenciais para a construção do conhecimento científico em torno de um objecto de estudo e, naturalmente, para a emergência da ciência.

Esta construção científica não ocorreu simultaneamente e da mesma forma em todos os países e contextos, o que torna muito variável o grau de desenvolvimento da C. I. e dificulta o estabelecimento de um consenso científico sobre o próprio campo disciplinar. Por um lado, tem-se assistido a uma marginalização (ou mesmo auto-marginalização) da Arquivística e dos arquivistas no processo evolutivo da C. I., numa procura de afirmação de identidade científica, sem uma sólida base teórica de sustentação; por outro lado, também não há consenso científico sobre a unidade epistemológica da área, o que favorece posições de entendimento da C. I. como uma interdisciplina; por outro lado ainda, permanecem visões sustentadas pelo paradigma tradicional, que aceita apenas a Informação registada (Documentação) como objecto de estudo<sup>xv</sup>, reduzindo assim toda a compreensão do fenómeno informacional a um epifenómeno do mesmo, o que produz necessariamente efeitos perversos de um ponto de vista científico.

Apesar desta pluralidade de posicionamentos, julgamos fundamental contribuir para uma clarificação da problemática em causa e não nos abstermos de tomar posição em favor de uma C. I. assumida como um campo de saber uno e transdisciplinar, inscrito na vasta área das ciências sociais e humanas, o qual congrega e dá suporte teórico a diversas disciplinas aplicadas, desde a Arquivística e a Biblioteconomia/Documentação aos Sistemas Tecnológicos de Informação. A cartografia do campo científico da C. I. foi delineada num diagrama e explicitada num ensaio epistemológico<sup>xvi</sup>, já atrás referido, que é a matriz de referência para este texto, assinalando-se também nesse “esquema” as relações interdisciplinares, mais ou menos próximas, da C. I. com outras áreas do conhecimento.

Defender uma posição em favor da cientificidade deste campo do saber implica não só o estabelecimento das suas fronteiras e a definição do seu objecto de estudo, mas ainda a assunção de um método ajustado às características do fenómeno da Informação (social), enfatizando a sua componente qualitativa (embora não descurando os aspectos passíveis de análise e investigação quantitativa), como, aliás, é próprio e específico das ciências sociais. O método de investigação quadripolar, concebido por Paul de Bruyne e outros autores<sup>xvii</sup>, constitui-se, pois, como o dispositivo mais adequado às exigências do conhecimento da fenomenalidade informacional, uma vez que não se restringe a uma visão meramente instrumental. Pelo contrário, a dinâmica investigativa resulta de uma interacção entre quatro pólos – o epistemológico, o teórico, o técnico e o morfológico<sup>xviii</sup> – permitindo uma permanente projecção dos paradigmas interpretativos, das teorias e dos modelos na operacionalização da pesquisa e na apresentação dos resultados da mesma<sup>xix</sup>.

Nesta dinâmica quadripolar de investigação assume particular relevância o pólo teórico, uma vez que ele respalda a componente técnica e instrumental e dá sentido à explanação de resultados que consubstancia o pólo

morfológico. Havendo, naturalmente, diferentes teorias e modelos que sustentam o modo de ver e de pensar o fenómeno/processo informacional<sup>xx</sup>, manifestamos a nossa preferência pela Teoria Sistémica, que radica as suas origens nos estudos de Ludwig von Bertalanffy, desenvolvidos a partir dos anos vinte da centúria passada, dado que congrega uma visão holística e se ajusta bem ao universo complexo e difuso da Informação, como se comprova por exemplos vários da sua aplicação teórico-prática. A Teoria Geral dos Sistemas<sup>xxi</sup>, formulada por este autor, veio a ter uma aplicação generalizada e desenvolveu-se de tal forma que, hoje, se torna já mais apropriado falar em “pensamento sistémico”, o qual é, sobretudo, um modo de conceber a realidade, seja ela qual for<sup>xxii</sup>.

No campo da Informação verifica-se que as abordagens sistémicas têm tido uma notória preferência por parte de variados autores, especialmente na área das tecnologias. A concepção de sistemas (tecnológicos) de informação fundamenta as suas perspectivas e opções, em boa parte, no pensamento de um outro autor, Jean-Louis Le Moigne, como procurou demonstrar João Álvaro Carvalho num artigo em que ilustra os vários modelos de aplicação sistémica<sup>xxiii</sup>. Por outro lado, quer no domínio da Biblioteconomia, quer na área da Arquivística, também a teoria sistémica tem constituído a base fundamentadora de diversos estudos. A título de exemplo, refira-se a aplicação de Enrique Molina Campos<sup>xxiv</sup> às bibliotecas, ou a de Victor Hugo Arévalo Jordán<sup>xxv</sup>, a de Armando Malheiro da Silva e outros<sup>xxvi</sup> e a de José Maria Jardim<sup>xxvii</sup> ao campo dos arquivos.

A aplicação, ampla e instrumental, do pensamento sistémico, pode tornar-se mais inteligível a partir da enunciação de três características constitutivas do sistema, a saber:

1<sup>a</sup> – o sistema deve ser observável como uma unidade durável (visão sintética) com significado próprio (macro) a fim de, na conjugação dos seus elementos, parecer novo e emergente;

2<sup>a</sup> – todos os elementos do sistema (micro) compõem uma estrutura estruturante e estruturada, na qual cada elemento contribui para a existência da estrutura mas subordinada ao próprio estado da existência do sistema (visão analítica);

3<sup>a</sup> – há uma correlação permanente (*feedback micro-macro*) entre a unidade (totalidade) e os elementos (partes): por um lado, o sistema torna-se uma unidade na multiplicidade dos seus componentes; e por outro, as partes perdem, no sistema, a sua individualidade, tornando-se igualmente essenciais na formação da unidade<sup>xxviii</sup>.

Partindo desta caracterização torna-se compreensível a classificação dos sistemas, esquematicamente enunciada por Piero Mella deste modo: um sistema formado por outros sistemas é um *supersistema*; um sistema que se individualiza no interior de um sistema mais amplo, mantendo algumas relações, é um *sistema parcial* ou *subsistema*; e quando o sistema e o ambiente se interpenetram temos o *macro-sistema* – “ambiente” em sentido amplo. Para se determinar essa interpenetração convém ter presente que individualizar um sistema significa especificar-lhe os limites, ou seja, definir o que

pertence à estrutura e o que lhe é estranho; logo, o que estiver fora do sistema constitui o seu ambiente externo, contraposto ao ambiente interno configurado pela estrutura<sup>xxix</sup>.

Atendendo à sua natureza e significado, podem-se, ainda, dividir os sistemas em duas grandes classes: os *organizados ou operatórios* e os *não organizados ou combinatórios*<sup>xxx</sup>, compreendendo aqueles uma estrutura formada por órgãos (exemplos: o corpo humano, o relógio, o automóvel, etc.) e estes uma estrutura gerada por elementos análogos entre quais não se reconhecem relações organizativas (dois exemplos: os fluidos e a população).

A unidade de um *sistema organizado ou operatório* depende não apenas da estrutura, mas sobretudo da organização estrutural, entendida como as relações estáveis das funções que dão sentido aos elementos independentemente da sua especificidade. Unidade, organização e estrutura são, pois, os conceitos-chave desta classe de sistemas, na qual é possível distinguir ainda várias subclasses: os *sistemas dinâmicos* e respectivo processo interactivo; os *fechados e abertos*; os *naturais* e *artificiais*; as *redes modulares*; os *auto-poéticos*; o *sistema geral*; e os *cognitivos conscientes*.

Um *sistema combinatório*, segundo Piero Mella, é uma macro unidade que deriva de uma população de unidade análoga, com vista a desenvolver um micro comportamento autonomamente observável (ou definível): os micro comportamentos da unidade são entre eles análogos, mas “combinando-se” entre si convertem-se num macro comportamento global, referente ao sistema na sua unidade. No âmbito deste tipo de sistema observa-se, pois, um comportamento referente ao sistema no seu complexo, mas tal comportamento não é causado pela dinâmica dos órgãos diferenciados, antes pela combinação dos micro comportamentos da unidade análoga em que actuam micro comportamentos análogos. Aliás, é através deste aspecto que os sistemas combinatórios se distinguem nitidamente dos organizados<sup>xxxi</sup>. E para caracterizá-los melhor, importa ter em conta três condições necessárias à sua existência: o macro comportamento deve derivar da combinação dos micro comportamentos; estes devem ser condicionados pelo macro comportamento; e devem produzir-se interacções, um *feedback*, entre micro e macro comportamento.

Estes princípios e enunciados da teoria sistémica têm plena aplicação ao fenómeno informacional, ou seja, é possível pensar sistemicamente a informação e usar esta teoria como “ferramenta” interpretativa e explicativa, devidamente inscrita no pólo teórico do método quadripolar e servindo de suporte à componente aplicada de que os pólos técnico e morfológico são expressão mais concreta.

A fundamentação epistemológica e teórica da C. I., de que aqui fizemos uma abordagem sinóptica, terá de espelhar-se, necessariamente, em projectos de investigação, em modelos formativos e na actividade profissional, pois só assim se completa e fecha todo um *corpus* teórico-prático que consubstancia esta área científica em pleno desenvolvimento.

### 3. O PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO: A UNICIDADE DA FORMAÇÃO VERSUS A DIVERSIDADE DA PROFISSÃO

Observando a realidade facilmente se percebe que, nos tempos que correm, são múltiplas e diversas as funções e competências adstritas aos genericamente denominados “profissionais da informação”. Esta designação abrangente não condiz, contudo, com a terminologia dispar usada para nomear esta categoria de profissionais, como facilmente se comprova através de diversas fontes de informação.

Se, a título ilustrativo, considerarmos o caso português e nos cingirmos ao desempenho desta profissão em serviços da administração pública, verificamos que a legislação em vigor menciona a tradicional carreira BAD, que se reporta aos consagrados bibliotecários, arquivistas e documentalistas, como aliás continua a ser a tônica dominante da associação profissional que congrega estes profissionais. Mas, se, por outro lado, fizermos uma sondagem nos anúncios de cursos e empregos na imprensa periódica, topamos com uma panóplia de designações mais modernas, ou mais na moda, que vão desde o “gestor de informação” e o “gestor de documentos” ao “gestor de conteúdos” ou mesmo “gestor do conhecimento”. Provindos da área da Informática, mas facilmente identificáveis com o sector da Informação, temos ainda o “administrador de dados”, o “gestor de sistemas de informação” ou o “informático de gestão”; e do domínio da Administração, surge o “especialista em organização e métodos” ou o “especialista em *workflow*” que, em boa verdade, lidam de igual modo com o fenómeno/processo informacional.

Esta situação, ilustrada com a realidade portuguesa não é, de modo algum, um caso de excepção. Na maioria dos países, encontra-se a mesma proliferação de designações, de actividades e de funções e uma formação de base muito variada<sup>xxxii</sup>. A título de exemplo, seleccionámos um *site* de uma universidade da vizinha Espanha – a Universidad Carlos III de Madrid –, que muito recentemente criou um curso que confere o título de especialista em “Gestión del Conocimiento e Gestión de Contenidos”, onde se indicam variados postos de trabalho que poderão ser ocupados por este tipo de profissional. São os seguintes:

*Gestor del Conocimiento; Gestor de contenidos; Arquitecto de información; Analista de información; Consultor en información; Gestor de recursos de información; Gestor de sistemas de información en las empresas; Gestor de unidades de información tradicionales (bibliotecas y centros de documentación); Sindicación y agregación de contenidos; Productor de contenidos digitales; Auditor de sitios web; Desarrollador de proyectos de fomento de la Sociedad de la Información*<sup>xxxiii</sup>.

A diversidade da nomenclatura não é, em si, um problema, dado que ela corresponde, na prática, a particularidades do exercício profissional de acordo com os contextos em que se insere. Mais controverso do que a questão terminológica será, por exemplo, a falta de reconhecimento social do profissional da informação, pois daí deriva, em grande parte, a variedade de designações e a dificuldade de identificação do

profissional com a área científica em que fez a sua formação. Aliás, como a formação de base de todos aqueles tipos diversificados de profissionais provém de áreas tão distantes como os cursos de Engenharia Informática ou de Sistemas ou, no contexto português, os cursos de Ciências Documentais, tradicionalmente integrados em Faculdades de Letras, é natural que não haja uma relação directa e uma conexão óbvia entre a formação e a profissão. Ao invés do que se passa em áreas profissionais de amplo reconhecimento social – ninguém tem dúvidas sobre a identidade profissional de um médico ou de um advogado, nem dificuldade em associar estas profissões a cursos de Medicina e de Direito –, no campo da Informação não se verifica um consenso generalizado sobre a identificação do respectivo profissional nem da formação que lhe está subjacente. O facto de a Ciência da Informação ser, ainda, considerada uma ciência emergente, bem como a falta de consenso sobre as bases científicas para o ensino nesta área são factores que em muito contribuem para a diversidade dos cursos e, logo, das designações dos diplomados por esses mesmos cursos.

Mas será que a multiplicidade dos contextos em que é exercida a profissão justifica a pluralidade de modelos formativos (não queremos aqui significar níveis de graduação, mas sim conteúdos curriculares) e a variedade de designações para identificar os profissionais? Estamos, ou não, perante um mesmo objecto de estudo e de trabalho – a Informação –, matizado, obviamente, por contextos orgânicos diversos e com especificidades, mas, na essência, da mesma natureza? Será que um especialista em Informação, que desenvolve a sua actividade num arquivo dito histórico, tem forçosamente que ter uma formação diferente da de um outro que, num centro de documentação especializado de uma organização, elabora instrumentos de acesso à informação por assuntos, isto é, faz essencialmente indexação, difusão selectiva da informação por perfil de utilizador e estudos do comportamento informacional dos seus “clientes”? Claro que este último não precisará de saber Paleografia, nem o primeiro terá, provavelmente, de saber catalogar documentos electrónicos, mas quanto à produção de instrumentos de acesso à informação e aos estudos de utilizadores será que se vislumbram diferenças de substância? E por que razão terá o primeiro de se chamar “arquivista” e o segundo “documentalista” ou “cientista da informação”? As funções que desempenham diferem ao ponto de justificar a autonomia e diferença identitária das profissões?

Estas e outras perguntas, confrontadas com a fundamentação teórica da C. I. atrás exposta, suscitam respostas que, a nosso ver, não deixam grande margem para dúvidas. Mas comparemos, ainda, com outras áreas profissionais: um engenheiro agrónomo que se dedica especialmente à silvicultura ou à fruticultura deixa, por isso, de ser engenheiro agrónomo? Um urologista ou um cardiologista para exercerem competentemente a sua função deveriam tirar um curso de cardiologia ou de urologia sem a formação de base em medicina? É óbvio que a especialidade como resposta à especificidade só faz sentido depois de uma formação básica generalista. Por que razão não pode ser assim com os profissionais da

Informação? Que particularidades ou sinais especiais os diferenciam de outras áreas socialmente reconhecidas há décadas ou séculos?

Só poderíamos responder afirmativamente à maioria das questões que colocámos se admitíssemos que a área da Informação é constituída por uma diversidade de práticas/técnicas cuja transmissão via ensino dá suporte à formação e à profissão. Admitiríamos, portanto, que estamos perante uma área de saber empírico, de experiência feito, onde o ensino poderia ser ministrado entre/por pares, isto é, “quem faz ensina o que sabe fazer” e “quem aprende reproduz o que lhe é ensinado”. O esforço de repetição de tarefas levaria ao aperfeiçoamento da execução!

Obviamente que não é esta a postura que temos defendido em prol da construção científica da C. I., nem o estado de desenvolvimento da área se compagina já com essa visão empírica, apesar de o paradigma dominante ainda ser de cariz essencialmente tecnicista e a distinção entre “quem faz” e “quem ensina” ser ainda muito pouco clara, especialmente no nosso País. Como tal, a resposta às perguntas formuladas só poderá ser negativa. E, desta resposta negativa, decorrem, naturalmente, consequências.

À guisa de remate assinalemos os pontos que consideramos essenciais na nossa perspectiva.

1 – O reconhecimento da C. I. como área científica unitária, com objecto próprio, método apropriado e teorias fundamentadoras permite plasmar todo um paradigma epistemológico nos modelos formativos que subjazem à profissão. O *core* essencial da C. I. conjuga-se com contributos pluri e interdisciplinares indispensáveis ao perfil do profissional da informação para o século XXI e dessa conjugação deverão resultar planos curriculares coerentes, com os conteúdos básicos fundamentais para formar o profissional generalista que será competente para exercer actividade em qualquer contexto orgânico produtor/acumulador de informação. Será um profissional que sintetiza muito do que até agora tem andado disperso por cursos de perfil estreito (erradamente especializados porque carentes de uma base sólida em que assente a pretensa especialização) e que reúne em si componentes de diversas disciplinas aplicadas da C. I. (a Arquivística, a Biblioteconomia, os Sistemas Tecnológicos de Informação) numa fecunda unidade/integração e não como somatório de partes distintas. A nosso ver, esta formação de base deverá ser ministrada num primeiro ciclo de estudos de nível superior, a que se dá, em geral, o nome de licenciatura.

2 – A formação unitária de base deverá ser enriquecida com verdadeiras especializações, no sentido de um aprofundamento do saber, mas também de um estreitar de temas e problemas em torno de variáveis concretas e de especificidades de contextos particulares. Estas especializações, que implicam um segundo ciclo de estudos, ao nível do mestrado, não anulam a formação de base, nem conferem uma distinção identitária ao profissional da informação; pelo contrário, reforçam a identidade profissional e contribuem para o seu reconhecimento social.

3 – As necessidades do mercado de trabalho e as especificidades dos contextos profissionais irão continuar

a exigir soluções diversas consoante os casos. Mas essa diferença estará coberta pela formação especializada ou pela formação ao longo da vida (formação contínua, de actualização) que é imprescindível em qualquer domínio do saber e que exige, cada vez mais, docência competente e de cariz académico. Não é por acaso que as universidades estão a ser solicitadas para desenvolver uma vertente até agora pouco considerada e tomar esse repto como essencial – referimo-nos, obviamente à formação contínua, após a graduação.

Nesta linha de pensamento, a diversidade da profissão será apenas uma questão de especificidade, que se traduzirá na existência de especialistas em determinadas problemáticas ou, dito de outra forma, na existência de um profissional multifacetado, mas sempre referenciadas a uma matriz de base que dá unidade quer à formação, quer à profissão, reportadas a um saber também ele unitário e com identidade, do ponto de vista científico.

## NOTAS

<sup>i</sup> A abordagem breve e sintética que a limitação de espaço deste texto nos impõe inscreve-se num trabalho de maior fôlego onde esta problemática é explanada com maior profundidade. Remetemos, pois, o leitor para a obra onde podem ser vistas, em todo o seu desenvolvimento, as ideias aqui expostas: SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das "Ciências" Documentais à Ciência da Informação : ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto : Edições Afrontamento, 2002. (Biblioteca das Ciências do Homem. Plural; 4). ISBN 972-36-0622-4.

<sup>ii</sup> WILDEN, Anthony – Informação. In *Enciclopédia Einaudi. Vol. 34 – Comunicação, Cognição*. Lisboa : Imprensa Nacional-Casa da Moeda, cop. 2001. p. [11].

<sup>iii</sup> Usamos este termo no seu sentido mais genuíno, ou seja, como sinónimo de ‘cognição’. Esta explicação, aparentemente dispicienda é, no entanto, da maior importância dada a forma generalizada, simplista e bastante imprecisa com que o termo ‘conhecimento’ tem vindo a ser usado. Na verdade, temos a sensação clara de que o termo ‘conhecimento’ está hoje na moda e as mais das vezes usa-se num sentido que não é distinto de ‘informação’. Pretende-se, ao que parece, exprimir a ideia de que a compilação e uso da informação conduzem a um aumento de conhecimento, que é uma espécie de saber especializado de cientistas e intelectuais, mas esta ideia carece de uma fundamentação adequada e não pode banalizar-se o termo ‘conhecimento’ numa acepção que adultera o seu sentido originário. Para um maior aprofundamento desta questão, veja-se o recente trabalho de Armando Malheiro da Silva, em que o autor clarifica as conotações dos termos ‘conhecimento’ e ‘informação’ (ver: SILVA, Armando Malheiro da – *Conhecimento / Informação : sinonímia e/ou diferenciação?* In *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação*. Org. Georgete Medleg Rodrigues e Ilza Leite Lopes. Brasília : Thesaurus Editora de Brasília, 2003. (Estudos avançados em Ciência da Informação; 2). ISBN 85-7062-399-2. p. 23-41.

<sup>iv</sup> Veja-se a sua obra mais conhecida e divulgada mundialmente (DAMÁSIO, António – *O Erro de Descartes : emoção, razão e cérebro humano*. 22ª ed. Lisboa : Publicações Europa-América, 2001. ISBN 972-1-03944-6), mas também estudos posteriores, que

aprofundam a componente emocional contribuindo de uma forma muito clara para a compreensão do processo genésico da informação (DAMÁSIO, António – *O Sentimento de si : o corpo, a emoção e a neurobiologia da consciência*. 3ª ed. Lisboa : Publicações Europa-América, 2000. ISBN 972-1-04757-0; DAMÁSIO, António – *Ao Encontro de Espinosa : as emoções sociais e a neurologia do sentir*. 2ª ed. Lisboa : Publicações Europa-América, 2003. ISBN 972-1-05229-9).

<sup>v</sup> Ver: SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das "Ciências" Documentais à Ciência da Informação...* (op. cit.) p. 37.

<sup>vi</sup> Importa aqui referir que, já em 1968, num célebre artigo intitulado *Information Science - what is it?*, Harold Borko havia considerado a Ciência da Informação como *a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que regem o fluxo informacional e os meios de processamento da informação para a optimização do acesso e uso (...)*, aludindo às propriedades da informação sem, contudo, as enunciar (ver - BORKO, Harold – *Information Science - what is it? American Documentation*. Washington. 19:1 (Jan. 1968) 3-5). Da mesma forma, também Yves-François Le Coadic, na entrada *Science de l'Information* do *Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation*, se refere às propriedades da informação, mas não chega a uma formulação, antes mencionando procedimentos e acções operáveis sobre a informação que são, de facto, questões distintas (ver - LE COADIC, Yves-François – *Science de l'information*. In *Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation*. Dir. Serge Cacaly. Paris : Éditions Nathan, 1997. ISBN 2-09-190528-3. p. 516-523).

<sup>vii</sup> Sobre a acção de Paul Otlet e Henri La Fontaine, ver, por exemplo: RAYWARD, W. Boyd – *The Origins of information science and the International Institute of Bibliography / International Federation for Information and Documentation (FID)*. *JASIS – Journal of the American Society for Information Science*. New York. ISSN 0002-8231. 48:4 (Apr. 1997) 289-300; RIEUSSET-LEMARIÉ, Isabelle – *P. Otlet's Mundaneum and the international perspective in the history of documentation and information science*. *JASIS – Journal of the American Society for Information Science*. New York. ISSN 0002-8231. 48:4 (Apr. 1997) 301-309.

<sup>viii</sup> Sobre o percurso conducente à afirmação da Ciência da Informação, ver: SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das "Ciências" Documentais à Ciência da Informação...* (op. cit.) cap. 2.

<sup>ix</sup> SHERA, Jesse H.; CLEVELAND, Donald B. – *History and foundations of Information Science*. *Annual Review of Information Science and Technology*. Washington. 12 (1977) 249-275.

<sup>x</sup> Cf.: SHERA, Jesse H.; CLEVELAND, Donald B. – Op. cit. p. 266.

<sup>xi</sup> DEBONS, Anthony – *Information science*. In *ALA world encyclopedia of library and information services*. 2<sup>nd</sup> ed. Chicago : American Library Association, 1986. ISBN 0-8389-0427-0. p. 355. No capítulo de conclusões da sua obra sobre história da *information science*, Lilley e Trice apresentam uma lista das principais conferências que ocorreram durante 40 anos de afirmação desta área científica, bem como uma relação dos principais especialistas que tiveram uma actividade marcante no

mesmo período (ver: LILLEY, Dorothy B.; TRICE, Ronald W. – *A History of Information Science : 1945-1985*. San Diego [etc.] : Academic Press, 1989. ISBN 0-12-450060-9).

<sup>xii</sup> BORKO, Harold – Op. cit.

<sup>xiii</sup> DELGADO LÓPEZ-CÓZAR, Emílio – *La Investigación en biblioteconomía y documentación*. Gijón : Ediciones Trea, 2002. ISBN 84-9704-041-4. p. [23].

<sup>xiv</sup> DELGADO LÓPEZ-CÓZAR, Emílio – Op. cit. p. 24.

<sup>xv</sup> A "escola" espanhola, personificada por José López Yepes e seus seguidores, é um exemplo paradigmático desta perspectiva.

<sup>xvi</sup> Ver: SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das "Ciências" Documentais à Ciência da Informação...* (op. cit.) p. 80.

<sup>xvii</sup> DE BRUYNE, P.; HERMAN, J.; DE SCHOU-THEETE, M. – *Dynamique de la recherche en sciences sociales de pôles de la pratique méthodologique*. Paris : P.U.F., 1974.

<sup>xviii</sup> No **pólo epistemológico** opera-se a permanente construção do objecto científico e a definição dos limites da problemática de investigação, dando-se uma constante reformulação dos parâmetros discursivos, dos paradigmas e dos critérios de cientificidade que orientam todo o processo de investigação; no **pólo teórico** centra-se a racionalidade do sujeito que conhece e aborda o objecto, bem como a postulação de leis, a formulação de hipóteses, teorias e conceitos operatórios e consequente confirmação ou infirmação do “contexto teórico” elaborado; no **pólo técnico** consuma-se, por via instrumental, o contacto com a realidade objectivada, aferindo-se a capacidade de validação do dispositivo metodológico, sendo aqui que se desenvolvem operações cruciais como a *observação de casos e de variáveis* e a *avaliação retrospectiva e prospectiva*, sempre tendo em vista a confirmação ou refutação das leis postuladas, das teorias elaboradas e dos conceitos operatórios formulados; no **pólo morfológico** formalizam-se os resultados da investigação levada a cabo, através da representação do objecto em estudo e da exposição de todo o processo de pesquisa e análise que permitiu a construção científica em torno dele.

<sup>xix</sup> Ver: LESSARD-HÉBERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérard – *Investigação qualitativa : fundamentos e práticas*. Lisboa : Instituto Piaget, 1994. ISBN 972-9295-75-1.

<sup>xx</sup> Desde a perspectiva estruturalista, assumida, por exemplo, por Carlo Laroche (LAROCHÉ, Carlo – *Que signifie le respect des fonds? Esquisse d'une Archivistique structurale*. Paris : Association des Archivistes Français, 1971) ou António Sanchez-Bravo Cenjor (SANCHEZ-BRAVO CENJOR, Antonio – *Manual de estructura de la información*. Madrid : Editorial Centro de Estudios Ramón Areces, 1992. ISBN 84-8004-024-6) à “teoria da situação” defendida por Keith Devlin (DEVLIN, Keith – *Info-senso: como transformar a informação em conhecimento*. Lisboa : Livros do Brasil, 2000. ISBN 972-38-1733-0), passando pela “Teoria da Informação Psicológica”, de Bruno Lussato (LUSSATO, Bruno – *Informação, comunicação e sistemas : teoria da imprinting e elementos para uma teoria da informação psicológica*. Lisboa : Dinalivro, 1995. ISBN 972-576-085-9) ou pela perspectiva cognitivista, de Peter Ingwersen e outros (ver, por exemplo, INGWERSEN,

---

Peter – Conceptions of information science. In INTERNATIONAL CONFERENCE ON CONCEPTIONS OF LIBRARY AND INFORMATION SCIENCE, Finland, 1991 – *Conceptions of library and information science: historical, empirical and theoretical perspectives : proceedings...* Ed. by Pertti Vakkari and Blaise Cronin. London [etc.] : Taylor Graham, cop. 1992. ISBN 0-947568-52-2.), não esquecendo os importantes e multifacetados contributos da teoria sistémica, têm surgido diversos modos de ver e interpretar a Informação.

<sup>xxi</sup> BERTALANFFY, Ludwig von – *Théorie générale des systèmes*. Pref. de Ervin Laszlo; Trad. par Jean-Benoist Chabrol. Paris : Dunod, 1993. ISBN 2 10 001841 8.

<sup>xxii</sup> Para um aprofundamento sobre a teoria e pensamento sistémicos é de grande utilidade a leitura de: MELLA, Piero – *Dai Sistemi al pensiero sistémico : per capire i sistemi e pensare com i sistemi*. Milano : Franco Angeli, 1997. ISBN 88-464-0336-3.

<sup>xxiii</sup> CARVALHO, João Álvaro – Information system? : which one do you mean? In ISCO 4, Leiden, 1999 – *Information systems concepts : an integrated discipline emerging : IFIP TC8/WG8 : proceedings...* Ed. by Eckhard Falkenberg, Kalle Lyytinen, Alexander Verrijnstuart. Boston : Kluwer Academic Publishers, cop. 2000. p. 259-280.

<sup>xxiv</sup> MOLINA CAMPOS, Enrique – *Teoría de la biblioteconomía*. Ed. postuma a cargo de Rafael Olivares. Granada : Universidad de Granada, 1995. ISBN 84-338-2116-4.

<sup>xxv</sup> ARÉVALO JORDÁN, Victor Hugo – La Archivología y la teoría de sistemas. *Cuadernos : Archivología*. Santa Fe. 1:1 (1987) 1-10.

<sup>xxvi</sup> SILVA, Armando Malheiro [et al.] – *Arquivística : teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto : Edições Afrontamento, cop. 1998. (Biblioteca das Ciências do Homem. Plural; 2). ISBN 972-36-0483-3. vol. 1.

<sup>xxvii</sup> JARDIM, José Maria – *Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil*. Niterói, RJ : EDUFF - Editora da Universidade Federal Fluminense, 1995. ISBN 85.228-0166-5.

<sup>xxviii</sup> MELLA, Piero – *Op. cit.* p. 28.

<sup>xxix</sup> MELLA, Piero – *Op. cit.* p. 30.

<sup>xxx</sup> MELLA, Piero – *Op. cit.* p. 32.

<sup>xxxi</sup> MELLA, Piero – *Op. cit.* p. 130.

<sup>xxxii</sup> A comprovar este facto veja-se o estudo recente publicado em: AZEVEDO, Ana – A Oferta de formação a nível internacional. *Cadernos BAD*. Lisboa. ISSN 0007-9421. 1 (2003) 41-51.

<sup>xxxiii</sup> Ver:

<http://www.uc3m.es/uc3m/gral/TC/ESMA/ESMA33/porque.html> (acedido em 29 Jan. 2004).

